

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. *D. João VI. O Clemente*. Mem-Martins: Círculo de Leitores, 2006. 360 p.



Em benefício de um público que se julga vasto e heterogêneo, o Círculo de Leitores reuniu 34 biografados na colecção “Reis de Portugal”, o que abarca a totalidade de monarcas que dirigiram os quase oito séculos da Monarquia em Portugal. Esta colecção é crucial quer para promover um novo olhar sobre os reis portugueses, quer para o entendimento do funcionamento do regime político que durante mais tempo dirigiu o País. Porque nem sempre se separa o público do privado e vão sendo confundidos ao longo da História a Coroa e o Estado, estas obras devem ser consideradas como análises de reinados e não como biografias de governantes. O vigésimo sétimo volume, que nos chegou pela pena de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, no fim do ano de 2006, trata de D. João VI. Os autores, com demorada investigação na área da História Moderna<sup>1</sup> realizam, em mais de trezentas páginas, uma extensa análise da vida e obra do *Clemente*.

Num reinado de transição entre a monarquia absolutista e a constitucional, vive-se um período de profunda indecisão e de dor, devido à conjuntura envolvente: «Vivemos tempos maus e sou obrigado a conformar-me com eles», terá dito D. João VI a um oficial inglês, quando foi forçado a aprovar a radical Constituição de 1822. O conflito relaciona-se com a posição de Portugal no contexto europeu: de um lado, a aliança e dependência de Inglaterra; de outro a pressão de uma França napoleónica, que coloca a Coroa Portuguesa numa posição por si só frágil e necessariamente condescendente.

A vida de D. João oscila entre uma conduta “caracteristicamente moderada” e uma “incapacidade anímica [em] momentos de extrema tensão”. Esse temperamento, ou atitude de perdão e ponderação, vai sendo apresentado pelos autores nos diversos momentos do seu mandato: desde a forçosa e precoce ocupação do poder, motivada pela doença da Rainha, sua mãe, e a morte inesperada do seu irmão, príncipe herdeiro, até à assinatura da Constituição de 1822. Da vida pessoal de D. João VI há pouca informação, pois, de acordo com os

autores, são escassos os dados até ao seu casamento, havendo alguns apontamentos sobre a sua formação em letras e ciências. Assim, é a biografia da conduta do monarca que ganha amplitude e não a do homem. Deste ponto de vista, é abordado o colérico e não menos desastroso relacionamento entre D. João e a sua mulher – D. Carlota Joaquina – analisado sempre que ele possa interferir nas decisões políticas do País e Colónias ou, a partir de 1816, nas do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. Daí que pouca credibilidade histórica seja dada à hipótese de parte dos nove filhos do casal serem fruto de relações extra-conjugais de D. Carlota, um dos aspectos mais ridicularizados pela historiografia “anti D. João VI”. Entretanto, ao longo da obra prevalece a visão de uma Carlota Joaquina vil, de má índole, a par com um olhar complacente sobre D. João VI, tido como vítima compassiva. Não sendo a postura do rei defendida pelos autores, perante a conjuntura que o envolve, ela torna-se inteligível. É, antes de mais, a atitude do rei, face aos diversos conflitos económicos, políticos e militares da Europa do dealbar do século XIX, que é avaliada como condutora das suas decisões e poder.

Os principais acontecimentos centram-se no drama do “Bloqueio Continental”, na necessária tomada de posição de Portugal no conflito franco-britânico e na partida indecisa e forçada da Corte para o Brasil. Em várias descrições, os autores vão frisando a pouca capacidade de decisão do monarca, que ouve, vezes sem conta, os seus ministros e homens de Estado interessados em persuadir a sua vontade a favor da Inglaterra ou da França ou de uma invasão espanhola e possível união ibérica (no que D. Carlota Joaquina teve papel chave, apoiada mais tarde pelo filho, Infante D. Miguel, daí decorrendo os acidentes de *Vila-Francada* e *Abrilada*). Porém, o comando de todas as operações, segundo Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, coube, em última instância, ao Rei, associado, muitas vezes, à vontade do povo.

A passagem da Corte para o Brasil é o grande pólo aglutinador de quase toda a acção de D. João VI e, para os autores, teve, preferencialmente em conta a necessidade de preservação e consolidação de um espaço que era a principal fonte de riqueza portuguesa, mas trouxe vantagens e desvantagens que são enumeradas equili-

<sup>1</sup> Importa destacar o estudo publicado por Jorge Pedreira sobre o trânsito económico entre Portugal e o Brasil, que contempla todo o período do comando, regência e reinado de D. João VI (*Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994).

bradamente. Os treze anos de permanência promoveram o espaço brasílico (o centro-sul, em detrimento do norte e nordeste da Colônia) ao nível da economia e finanças, da justiça, do incremento cultural e intelectual. Elucidando o leitor sobre os ecos que essa presença veio a ter no desenvolvimento social e mental do Brasil, Pedreira e Dores Costa não deixam, por outro lado, de salientar os efeitos negativos que esse esclarecimento intelectual teve para além da euforia carioca. O espaço colonial era agora mais sentido e contestado, requerendo os seus habitantes identidade própria. O Brasil sem Portugal ou Portugal sem Brasil?

A abertura dos portos brasileiros ao restante mundo económico gera a revolta dos que se sentem prejudicados com isso, questionando-se em Portugal os lucros, as vantagens advindas da Colônia. Esse espírito revoltado promove a definição de ideais liberais e o aparecimento de sociedades secretas, de inspiração maçónica em Pernambuco e no Porto, em 1817 e 1818, respectivamente. Finalmente, entendem os autores que a incapacidade de decisão de D. João VI esteve na origem de um regresso tardio ao Reino e necessariamente de um conhecimento tardio do rumo dos acontecimentos nesta parte, remediando-se o que se poderia ter prevenido.

A obra é bem fundamentada num diversificado leque de fontes manuscritas e impressas, bem como num vasto acervo bibliográfico, e visa enriquecer a imagem de um dos mais polémicos monarcas portugueses. É precisamente a reconstrução da imagem do rei que os autores pretendem fazer, demonstrando que a sua clemência é sinónimo de ponderação e não de inércia ou jocosidade (como pretende a historiografia antagónica), não perdendo de vista que D. João VI representa o absolutismo, forma de poder em decadência num período de transição para uma monarquia constitucional.

A leitura crítica da historiografia de D. João VI está restringida a breves páginas da introdução, mas poderia ter sido encaminhada para um capítulo com o mesmo nome, já que se trata da releitura da história de um homem e, perante isso, da importância que os estudos anteriormente feitos tenham para um melhor conheci-

mento da sua vida e obra. As grandes dimensões da obra – organizada em subcapítulos, encadeados cronologicamente, que vão dispor em simultâneo a informação de múltiplas realidades – demonstram uma ampla abordagem dos assuntos por parte dos autores, porém, a necessidade de relatar vários acontecimentos em parágrafos extensos não deixa de tornar a escrita demasiado densa, podendo dificultar de algum modo a leitura e atenção do leitor.

Apesar da correcta abordagem historiográfica da obra – tanto no que respeita ao núcleo documental, como na atitude diacrónica que os autores vão mantendo ao longo do texto, que assevera um pensamento dinâmico e aberto no campo científico – consideramos que este trabalho merecia uma análise mais conclusiva, perdendo precisamente pela inexistência de uma síntese com aquele nome, que pudesse definir o pensamento que os autores vão sistematizando. Caberia também um olhar mais atento aos últimos dados da vida de D. João, especialmente no sempre curioso episódio da sua morte. Homicídio ou morte natural? Seria bom que os dados fornecidos sobre a hipótese de envenenamento, na análise feita sobre os restos mortais de D. João VI, em São Vicente de Fora, fossem melhor fundamentados pelos autores e especialmente retirados de informações datadas: a morada virtual, sem data, não se encontra actualmente disponível. A referência parece-nos demasiado importante para este parco desenvolvimento, já que, sendo verdadeira, pode inclusivamente descredibilizar a informação do religioso Frei Cláudio.

Sistematizando numa palavra, o perfil de D. João VI, pela pena dos autores, seria o de “ponderação”, o que confere com o que disse o Marquês de Alorna sobre o excesso de virtude do monarca em ouvir os que o rodeiam, mesmo que as suas opiniões sejam medíocres: “As verdades de gente medíocre são como painéis de mau pintor, que quando mais trabalhados, menos podem entrar na galeria”.

PATRÍCIA CARDOSO CORREIA

Mestre em História e Cultura do Brasil pela Universidade de Lisboa